

## A Demografia Escrava em São Paulo em 1829: análise comparativa de estudos demográficos

The Slave Demography in São Paulo in 1829: A Comparative Analysis of Demographic Studies.

Ilana Peliciari Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo propõe traçar comparação das principais características da força de trabalho escravo em diversas localidades da Província de São Paulo em 1829, através de pesquisas referentes ao ano proposto, que utilizaram, principalmente, as listas nominativas. Sua importância está em mostrar as semelhanças e diferenças de algumas Vilas da Capitania de São Paulo, demonstrando a dificuldade em estabelecer uma padronização para a escravidão brasileira. Seleccionamos as seguintes localidades para serem analisadas: Franca, Areias, Mogi das Cruzes, Bananal, Taubaté, São Paulo, Itu, Lorena, Jacareí e Sorocaba.

**Palavras-chave:** Demografia histórica, Escravidão, São Paulo, século XIX.

**Abstract:** This article has the objective of comparing the principal characteristics of the slave workforce in several places in the Province of São Paulo in 1829, by researching the proposed year, which used principally, the nominative lists. Its importance is to show the similarities and differences of some villages in São Paulo, demonstrating a certain difficulty in establishing standardization to the Brazilian slavery. We selected the following towns to be analyzed: Franca, Areias, Mogi da Cruzes, Bananal, Taubaté, São Paulo, Itu, Lorena, Jacareí, e Sorocaba.

**Keywords:** Historical Demography; Slavery; São Paulo; nineteenth century.

### INTRODUÇÃO

A demografia histórica no Brasil percorreu um caminho que proporcionou clarear muitos temas referentes à história do Brasil. Esse caminho iniciou-se com o trabalho pioneiro de Maria Luiza Marcílio, sua Tese de Doutorado, apresentada à Universidade de Paris em 1967, que foi publicada anos depois em português.

As centenas de trabalhos produzidos na área tiveram, ademais, regra geral, um caráter nitidamente monográfico. Amiúde detiveram sua atenção em uma ou poucas localidades, variando amplamente em termos do intervalo temporal contemplado. Tão-somente alguns dentre eles adotaram um enfoque regional; todavia, boa parte destes trabalhos concentrou-se em certas áreas geográficas específicas (por exemplo, as capitânicas/províncias de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Piauí, Sergipe e Bahia) e em determinados períodos (por exemplo, o que compreende as décadas finais do Século XVIII e as iniciais do XIX) (MOTTA & COSTA, 1997, p. 156).

O desenvolvimento da demografia histórica como campo específico do conhecimento, a partir da década de 1970, provocou um processo revisionista em relação à historiografia brasileira. No entanto, a multiplicação dos trabalhos que Motta & Costa chamam de “transbordamentos”, instiga a elaboração de uma síntese, o que alguns trabalhos já vem se esforçando para realizar (LUNA, 1998; MOTTA & COSTA, 1997; MOTTA, 2001).

A escravidão foi uma das principais temáticas que se favoreceram com essa produção historiográfica. Muitos são os problemas que envolvem a demografia escrava, desde os documentos que apresentam contradições e inconsistências, ao próprio segmento de estu-

do, o escravo, devido o seu caráter de subordinação. A historiografia recente conseguiu não só apontar questionamentos de fontes e modelos, como também se debruçar em novas fontes. Assim, surgiram interpretações sugestivas, como por exemplo, as evidências quanto à reprodução natural dos cativos em economias e sociedades peculiares, além da presença da família escrava encontrada em análises de algumas regiões do país.

Esse artigo, longe de ser uma síntese, pretende estabelecer comparações de algumas localidades, no ano de 1829, levando em conta temas relacionados à demografia escrava, tais como, as características dos escravos e também a sua relação com as distintas atividades econômicas. Sua importância está em mostrar as semelhanças e diferenças de algumas Vilas da Capitania de São Paulo, demonstrando a dificuldade em estabelecer uma padronização para a escravidão brasileira.

Busca compreender tal estudo através de pesquisas referentes ao ano proposto, que utilizaram, principalmente, as listas nominativas. As listas nominativas foram efetuadas a partir de 1765, e as últimas foram em geral levantadas pouco depois de 1830, datas que variam de vila para vila. O levantamento dos dados das listas se fazia de acordo com a divisão de cada vila em Companhias de Ordenanças; a sua responsabilidade cabia ao capitão-mor de cada localidade, sendo efetuado pelo sargento de milícias ou pelos cabos de esquadra. Tanto a periodicidade quanto o conteúdo das mesmas mudou de localidade a localidade, além de apresentarem previsíveis variações de qualidade no tempo e no espaço. Essas diferenças dificultaram uma análise como um todo, diante de tal problema optou-se por trabalhar com blocos que apresentavam informações compatíveis. Não

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em História Econômica pela USP, professora de História do Estado de São Paulo.  
E-mail: ilanapeliciari@yahoo.com.br

fizemos uma lista das localidades que serão trabalhadas igualmente em todos os tópicos, privilegiamos em cada tópico localidades diferentes, já que os trabalhos da área são bem delimitados não englobando todos os aspectos aqui verificados. Seleccionamos as seguintes localidades para serem analisadas: Franca, Areias, Mogi das Cruzes, Bananal, Taubaté, São Paulo, Itu, Lorena, Jacareí e Sorocaba. É necessário notar que:

Em 1829, o governo de São Paulo realizou o último censo de forma ampla e baseado no modelo colonial, compreendendo praticamente a totalidade dos municípios existentes. Ao contrário dos censos posteriores, para este ano as listas manuscritas nominativas encontram-se disponíveis para a maioria das localidades. [...] Portanto, nossa melhor e mais rica fonte sobre idade, sexo, origem, distribuição entre proprietários e ocupação da população escrava, desta importante província do Império brasileiro, provém de um período relativamente inicial na fase de consolidação do complexo cafeeiro-escravista (LUNA & KLEIN, 1990, p. 351)

Além destas pesquisas que privilegiam as listas nominativas, buscaremos outras que porventura utilizam fontes documentais, tais como, inventários post-mortem, registros paroquiais, listas de matrículas de escravos, entre outras, e que tratam do ano proposto. Contudo, é necessário certo cuidado já que cada documentação apresenta características próprias, o que pode causar incoerência em determinadas comparações.

Assim, esse artigo propõe traçar comparação das principais características da força de trabalho escrava e de seus proprietários em diversas localidades da Província de São Paulo em 1829, época em que:

O complexo cafeeiro apresentava-se em processo de formação na província, ainda primordialmente produtora de açúcar, gêneros alimentícios variados e gado. A produção de café ampliava-se no Vale do Paraíba, mas o açúcar permanecia como a principal cultura agrícola de São Paulo, província importante na produção açucareira, porém não seu principal produtor nacional (LUNA & KLEIN, 1990, p. 352).

O estudo de população através dos censos ou dos Registros Paroquiais, em sociedades em formação e com crescimento populacional intenso, enfrenta alguns problemas, entre eles a fragmentação territorial e administrativa. A capitania de São Paulo, durante o século XIX, passou por várias reordenações de cunho administrativo e territorial que precisa ser considerado. Bananal, por exemplo, fazia parte das 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças da Vila de Areias, por isso quando falamos de Areias estamos incluindo Bananal. Já os dados computados referentes à Franca, não são compatíveis com os da historiografia local, devido a um recorte espacial aqui utilizado, que não inclui Batatais e Casa Branca freguesias da Vila Franca do Imperador no ano de 1829.

## AS ECONOMIAS E A ESCRAVIDÃO

O estudo comparativo engloba um universo econômico diversificado, desde áreas com cultivo de produtos, como o café e o açúcar, destinados ao mercado externo, a áreas com o cultivo de gêneros de subsistência ou pecuária, comércio, artesanato e serviços - voltadas ao mercado interno. Como os aspectos econômicos são influentes na dinâmica da população das várias regiões estudadas, sua apresentação faz-se necessária para nosso objetivo de analisar o perfil dos escravos e dos proprietários.

Na economia de São Paulo durante 1777 a 1829:

A agricultura manteve-se como a atividade econômica fundamental em São Paulo. Inicialmente, a maioria dos locais estudados baseava sua economia no cultivo de gêneros de subsistência, tal como arroz, milho, feijão, e na pecuária. Estes produtos representavam uma base de auto consumo e a principal fonte de renda para a maioria dos agricultores, pela venda do excedente (LUNA, 1992, p. 445).

Contudo, Luna coloca que, por volta de 1829, apesar do cenário agrícola, ocorreram mudanças na paisagem da província de São Paulo com transformações econômicas significativas. Ocorreu a introdução de produtos destinados à exportação que impulsionaram a economia da Província e transformaram a realidade de muitas localidades: o açúcar e o café.

Esse artigo de Francisco Vidal Luna é referência por seu esforço em realizar uma síntese dos resultados obtidos através do estudo das fontes censitárias para São Paulo. O autor empreendeu um estudo procurando analisar as características demográficas dos escravos da Província de São Paulo, a partir das Listas Nominativas dos Habitantes de vinte e cinco diferentes localidades nos anos de 1777, 1804 e 1829. Essas localidades distribuem-se pelas várias regiões de São Paulo, e representam, em número e em população, cerca de 70% da população de São Paulo. Devido a modificações de cunho administrativo, a criação de novas localidades e/ou segmentação do território, optou por separar São Paulo em cinco regiões geográficas: Oeste Paulista, Litoral, Região da Capital, Caminho do Sul e Vale do Paraíba.

Os estudos aqui privilegiados nos forneceram várias informações para apresentar as características das localidades em análise, que sofrerão variações conforme o tópico analisado.

Luna a partir de seu estudo de 25 localidades de São Paulo apontou o destaque que a Vila de Areias apresentava:

No conjunto das localidades, de um total de 7.286 escravos possuídos de um total de 7.286 por proprietários ligados ao café, 4.735 habitavam nessa Vila. Em Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Jacareí, também no Vale do Paraíba, ocorriam cultivos de café, mas em menor escala. Ademais, em 1829, concentra-

va o maior contingente de escravos, superando núcleos açucareiros importantes e tradicionais como Itu e Campinas (LUNA, 1995, p. 1).

Por sua expressividade, dedicou à vila um estudo sobre a posse de escravos e atividades econômicas, publicado nos Cadernos N.E.H.D. (Núcleo de Estudos de História Demográfica). Em 1829, Bananal fazia parte da Vila de Areias, e apresentava grande representatividade:

Com a autonomia de Bananal, em 1832, Areias perdeu parte importante do território, da população e da riqueza, pois na área física representativa da nova Vila desenvolvia-se intensa atividade cafeeira. Em 1829, ainda sem a perda do território de Bananal e de Queluz, residiam em Areias 12.454 habitantes, resultantes de crescimento da população à taxa anual de 5,4%, no período 1817 a 1822, e 5,6 entre 1822 e 1829 (LUNA, 1995, p.1 e 2).

Outros estudos para a comparação nos remetem a Franca, na mesma data, com um crescimento demográfico bastante pequeno, fato explicável por ser uma região de trânsito apresentando uma alta mobilidade dos moradores. Localizava-se no Noroeste Paulista, limites de São Paulo e Minas Gerais como entreposto comercial e local de pouso e abastecimento de viajantes. Contudo, por volta de 1812 apresentou uma nova dinâmica demográfica, um crescimento surpreendentemente contínuo, graças essencialmente, ao fluxo migratório dos mineiros. Apresentava uma economia voltada às atividades basicamente rurais - a produção de alimentos para subsistência e mercado interno, o comércio de sal e a pecuária - consideradas familiares ou de baixo uso de escravos (FILHO, 1986; OLIVEIRA, 1995; BACELLAR & BRIOSHI, 1999).

Entre as regiões que apresentavam uma diversificação na atividade econômica inclui-se a Vila de Sorocaba, constituindo-se como um importante centro de comercialização de gado, além de atividades de comércio e serviços (COSTA, 1986).

Quanto à Itu, na zona central da província, era, juntamente com Campinas, um dos principais centros produtores de açúcar e uma das mais importantes zonas agrícolas da província. Já a cidade de São Paulo era uma economia voltada à produção de gêneros alimentícios e uma economia que se mostrava mista de cunho urbano-rural. Mogi das Cruzes, situada no extremo sul do Vale do Paraíba, se caracterizava como uma região agrícola tradicional, com produção variada de gêneros alimentícios, contando ainda com alguma produção de aguardente. (LUNA & KLEIN, 1990, p. 353).

Em Jacareí, localidade também situada no Vale do Paraíba, em São Paulo, verificou-se em 1829 a introdução do café em menor escala que a verificada para outras áreas do Vale, como é o caso da Vila de Lorena. Marcondes em seu estudo que privilegia essa Vila entre 1816 e 1842 consegue ir além dos oitocentos graças ao

corpus documental: Maços de População e os inventários post mortem, acompanhando largas etapas da vida de um representativo conjunto de lorenenses. Quanto ao café comenta que:

O grau de aceitação da nova cultura no vale do Paraíba variou de acordo com certas condições: climáticas, edafológicas, de povoamento, de ocupação, de posse e propriedade das terras. As áreas ocupadas mais recentemente (Areias e Bananal) mostraram uma intensidade cafeeira e populacional, especialmente cativa, superior às de povoamento antigo (Taubaté e Guaratinguetá). Neste quadro, Lorena situava-se numa posição intermediária, tanto em termos da produção de café como de crescimento demográfico e de concentração da posse cativa (MARCONDES, p. 112).

Além da economia como uma explicação para as variações da demografia, aparece também a própria ocupação dessas regiões no Vale do Paraíba:

As povoações de ocupação mais antiga apresentaram taxas de crescimento da população como um todo inferiores às mais recentes. O contingente cativo aumentou a maiores taxas vis-à-vis os livres em todas as localidades consideradas, à exceção de Bananal entre 1801 e 1817. O segmento livre elevou-se a taxas muito pequenas relativamente ao escravo, mas em maiores proporções nas áreas de ocupação mais nova. Por fim, a razão de sexo dos livres manteve-se superior nas regiões de povoamento mais recente (MARCONDES, p. 62). Analisando Taubaté percebe-se que:

Apesar do seu isolamento dos fluxos de comércio exterior, o município aproximava-se, em múltiplos aspectos de sua organização econômica e social, do modelo da plantation exportadora, formulado por Caio Prado Junior. Mesmo não se constituindo numa economia agrário-exportadora, o município pareceu reproduzir a mesma estrutura econômico-social fundada no trabalho escravo e na elevada concentração da propriedade fundiária (RANGEL, p. 302).

Esses trabalhos apresentam e analisam dados tanto de economias de plantation como não, o que possibilita uma comparação, apesar de se concentrarem nas economias de plantation, pela importância como áreas agroexportadoras.

Em Areias, a população escrava no ano de 1829 era responsável por 44,9% dos habitantes desta vila, mas a presença dos escravos não se restringe a atividades de exportação, mas em localidades com uma vasta gama de atividades produtivas ligadas ao mercado interno. Como podemos observar na tabela 1, mesmo em localidades onde predominavam atividades agrícolas, que é o caso de Franca, havia presença significativa de escravos. Esses achados da demografia histórica contrariam a idéia, comumente expressa na historiografia tradicional que áreas que não eram de exportação não pudessem ser exploradas com o uso intenso de trabalho escravo.

Tabela 1: População Segundo Condição Social

Localidade	Livres		Escravos		Forros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1. Franca	2.485	62,7	1.471	37,2	6	0,2	3.962	100,0
2. Areias	6.857	55,1	5.597	44,9	n/c	0	12.454	100,0
3. Mogi das Cruzes	8.624	80,2	2.138	19,8	n/c	0	10.762	100,0
4. Bananal	1.727	43,0	2.282	56,8	10	0,2	4.019	100,0
5. Lorena	6.100	70,4	2.561	29,5	n/c	0	8.661	100,0
6. Taubaté	8.177	78,5	2.240	21,5	n/c	0	10.417	100,0

Fonte: (1) ROCHA, 2002, p. 25; (2) LUNA, 1995, p. 2; (3) SANTOS, 2001, p. 81; (4) MOTTA; (5) MARCONDES, 1998, p. 56; (6) RANGEL, p.164.

É difícil falar de perfis populacionais levando em conta apenas o aspecto puramente econômico. Gutiérrez, ao analisar a região do Paraná, após encontrar os resultados do estudo, supôs existir não apenas um, mas pelo menos dois sistemas demográficos na população escrava, um peculiar às áreas de grande lavoura, outro mais próximo das economias não exportadoras (GUTIÉRREZ, 1987, p. 313). Mas tal esquema não se enquadra para o caso da Capitania de São Paulo quando comparamos regiões de economia similares: Franca e Mogi das Cruzes estão entre as economias de subsistência e de mercado interno não-exportador. Comparando Franca com Mogi das Cruzes percebe-se que Mogi aparece com baixos índices quanto ao percentual no total da população -19,8 % de escravos quanto ao total da população; contudo, o que se nota em Franca, é um percentual em torno de 37%. Para se ter uma idéia do que representa este percentual, Lorena apresentou um percentual em torno de 29%, mas para uma economia que apresentava, com início da implantação do café, um perfil exportador. De alguma forma outros fatores influíram nos índices diferenciados de Franca. Outro caso que foge a essa regra, entretanto pelo resultado inverso, é Taubaté: se o estudo de Rangel aponta para características de uma economia de plantation, a sua relação de proporção entre escravos e total da população indica um percentual reduzido -21,5 %.

Não que dizer, no entanto, que se deve descartar o papel da economia, um exemplo é a influência do café no crescimento na população escrava da vila de Areias, ocorrido tanto em extensão, pela incorporação de novos proprietários, como pelo aumento no tamanho dos plantéis.

Em 1829 habitavam na Vila de Areias 5.597 escravos, fruto de acelerado processo de crescimento, muito acima do ocorrido entre os livres. Entre 1817 e 1829 a população escrava expandiu-se à taxa anual de 10,4% ao ano, contra 2,9% dos livres (LUNA, 1995, p. 2).

Assim, não se deve pensar a economia como a única condicionante, mas tomá-la em conjunto com outros

condicionantes sociais. A tabela também nos indica, como outros estudos de demografia escrava mais recentes têm mostrado, que a composição da população escrava no período sendo também expressiva nas economias que não se baseiam no sistema de plantation, vai refletir no fluxo do comércio escravo seja para determinar a demanda, seja para caracterizar as relações sociais da colônia.

## DEMOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

### • Gênero e idade

A visão da historiografia tradicional apontava que a população escrava caracterizava-se pelo predomínio do sexo masculino, e que se concentrava na idade produtiva. “Os estudos do tráfico comprovam uma constante predisposição contra mulheres e crianças” (KLEIN, 1989, p. 14). Contudo, com o avanço da demografia histórica constatou-se que tais características não se aplicavam para todos os períodos e regiões, devem ser visto levando em conta os aspectos econômicos das regiões:

Onde e quando mais fortemente se efetuavam os cultivos de “exportação” (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliava-se o peso masculino. Inversamente, nas áreas de maior concentração de atividades típicas de agricultura de “subsistência”, ainda que com comercialização de excedentes, caso da pecuária e cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca, ocorria maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números próximos a 100 ou maioria feminina (LUNA, 1990, p. 227).

Analisando a tabela 2 percebemos que Areias, Lorena, Itu e Jacareí apresentando a razão de masculinidade em torno de 217, 167, 166 e 155, respectivamente, inserem-se no primeiro caso, de economias voltadas ao mercado externo. Quanto à Franca e Sorocaba, não tinha uma população escrava com equilíbrio entre os sexos, mas não apresentavam um desequilíbrio muito alto, em torno de 135 e 129, respectivamente. E por fim, destaca-se com valores muito próximos a 100, Mogi das Cruzes (com razão de masculinidade de 112,5) e



Tabela 2: População Escrava Segundo Sexo e Razão de Masculinidade

Localidades	Homens	Mulheres	Total	Razão de Masculinidade
Franca	826	611	1.437	135,2
Areias	3.826	1.758	5.597	217,8
Mogi das Cruzes	1.132	1.006	2.138	112,5
Itu	2.607	1.565	4.173	166,4
São Paulo	1.636	1.501	3.139	108,9
Lorena	--	--	2.546	167,7
Sorocaba	--	--	2.405	129,0
Jacareí	--	--	1.298	155,0
Bananal	1.566	716	2.282	218,7

Fonte: (1) ROCHA, 2002, p. 30; (2) LUNA, 1995, p. 17; (3) SANTOS, 2001, p. 115; (4 e 5) LUNA & KLEIN, 1990, p. 355; (6, 7 e 8) LUNA, 1988, p. 217; (9) MOTTA, 1999, p. 128-129.

São Paulo (com razão de 108,9), Mogi destacando-se a agricultura de subsistência, e São Paulo para as atividades de comércio, artesanato e serviços. Enfim, o que Luna percebe é que:

O tipo de atividade econômica predominante mostrou uma influência importante da razão de masculinidade. Dava-se maior peso masculino naquelas áreas dedicadas ao cultivo de produtos destinados ao mercado externo, como o café e o açúcar. Itu, Jundiá, Areias, Cunha, Lorena, Jacareí e Guaratinguetá apresentaram tal característica. Nas áreas mais intensamente dedicadas ao cultivo de gêneros de subsistência ou pecuária (Curitiba, São Sebastião, Iguape e Mogi das Cruzes) ou ao comércio, artesanato e serviços (São Paulo) mantinha-se relativo equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora com leve maioria masculina, exceto em Curitiba, única localidade onde encontrou-se peso majoritário feminino (Tabela 1) (LUNA, 1988, p.216).

O estudo de Luna que divide a província de São Paulo em cinco regiões geográficas - Oeste Paulista, Litoral, Região da Capital, Caminho do Sul e Vale do Paraíba - também apresenta um resultado geral neste sentido:

O relativo equilíbrio demográfico existente na população escrava da Capitania sofreu forte influência pela introdução de novos escravos adultos africanos. Ampliou-se a razão de masculinidade, principalmente nas áreas dedicadas aos cultivos de exportação (LUNA, 1992, p. 453).

Com relação ao predomínio dos homens na população escrava, é interessante anotar que vários estudos indicam um maior número de alforrias entre mulheres, gênero com maior mobilidade social, o que interfere na razão de masculinidade.

O tratamento dispensado às idades nas fontes documentais concernentes ao Brasil Colônia e ao período monárquico apresenta-se com muitos problemas que devem ser lembrados e que já mereceram estudos.

Nas listas nominativas, não é possível distinguir as informações - inclusive idades - imputadas pelos recenseadores das fornecidas diretamente pelos chefes de

fogos ou pelas pessoas que neles residiam. Parece-nos provável uma forte interferência dos responsáveis pela coleta e organização dos dados, aos quais as autoridades da coroa recomendaram explicitamente, em documento atribuído a 1781 e intitulado Advertência: 'Declarar as idades de cada uni (...), e a não se poderem dizer certas (como as dos pretos da Costa e Angola) sempre se ponham segundo mostrarem provavelmente ter de sorte que por estas idades se possam cá distinguir as determinadas classes de infantes, meninos, moços, adultos e velhos de ambos os sexos (COSTA & NOZOE, 1992, p. 177).

Essas listas podem não ter sido elaborada a partir de coleta original de dados, sofrendo uma simples atualização de levantamentos anteriores. No caso de Bananal, Motta esclarece:

Quanto à documentação relativa ao último dos anos referidos, 1829, cabe uma observação adicional, a qual diz respeito à possibilidade de que os levantamentos censitários compulsados, tanto no caso da 5ª como no da 6ª Cias. De Ordenanças da Vila de areias, contenham apenas uma atualização das informações constantes das listas nominativas concernentes ao ano anterior. Essa possibilidade vê-se corroborada quando se computam as frequências das idades atribuídas aos habitantes de Bananal. Verifica-se que as frequências mais elevadas correspondem às idade terminadas em 1 ou 6, revelando, pois, uma concentração deslocada em um ano - para mais - com relação ao esperado em se tratando de idades atribuídas de forma o mais das vezes presumida (MOTTA, 1999, p. 110).

De início podemos perceber pela tabela 3 e pelo gráfico que o tipo de economia, plantation ou subsistência, para as regiões analisadas, não interfere na duração da vida dos escravos, pois na faixa de cinquenta ou mais anos em todas as localidades há um percentual próximo.

Em Jacareí: "Verifica-se, para os dois sexos, reduzida participação dos indivíduos na faixa etária de até nove anos e a concentração nas duas faixas seguintes, 10-19 e 20-29. No caso dos homens, nessas duas faixas computaram-se cativos que perfaziam 65,3% do total"

Tabela 3: Distribuição porcentual da estrutura etária dos escravos

Localidade	Faixas etárias						Total	%
	0-14	%	15-49	%	50 +	%		
Franca	493	34,79	864	60,97	60	4,24	1417	100,0
Mogi	676	34,88	1.104	56,97	158	8,15	1938	100,0
Bananal	482	20,95	1.760	76,49	59	2,56	2301	100,0
Jacareí	171	13,17	1.070	82,44	57	4,39	1298	100,0
Sorocaba	--	29,67	--	68,74	--	1,59	--	100,0

Fonte: (1)ROCHA, 2002, p. 37; (2) SANTOS, 2001, p. 116; (3)MOTTA, 1999, p. 130; (4) LUNA,1988, p. 26; (5) COSTA, 1986, p. 6.

(LUNA, 1988, p. 26). Já em Sorocaba percebemos que em torno de 30% da população cativa se encontrava entre as idades de 0 a 14 anos; 69% na faixa produtiva de 15 a 64 anos e, apenas 1% na categoria dos idosos (COSTA, 1986, p. 05).

Para uma visão de conjunto da estrutura etária da população escrava de Franca utilizam-se as pirâmides de idade (Figura 1). Em 1829, as bases das pirâmides não são muito largas, o que indica que não há uma alta natalidade nesse período. No entanto, o percentual total de 34,8% em 1829, é muito próximo para o encontrado para o Oeste Mineiro, com 30,7% e Paracatu, com 32,3%.

Embora não seja possível determinar se estas crianças nasceram de uniões entre crioulos, africanos ou crioulos e africanos, tais proporções são indicativas de padrões de reprodução que estariam ao menos contribuindo para a manutenção da população escrava como um todo (PAIVA & LIBBY, p. 218, 1995).

A pirâmide apresenta barras com extensões similares para cada lado exibindo equilíbrio entre os sexos nas primeiras idades. O que merece destaque são a largura e extensão para o lado dos homens nas faixas produtivas, que pode tratar-se de escravos adquiridos via tráfico interno. Esta característica de relativa concentração da população escrava nas faixas produtivas é típica das economias de plantation, o que, entretanto, não é caracterizada em Franca. Esta questão resvala na análise historiográfica da economia em Franca sem uma resposta segura em comparação com as outras localidades.

Comparando as pirâmides de Franca com as do Paraná, é nítida a diferença. Observando as pirâmides do Paraná percebe-se que:

O perfil das pirâmides imita a forma de um triângulo, o que em populações fechadas indicaria a existência de alta natalidade, alta mortalidade e baixa idade mediana da população. Em segundo lugar, ressalta o equilíbrio entre os sexos que se pode verificar pela extensão das barras das pirâmides em magnitudes similares para cada lado ao nível de cada faixa etária. Ainda uma terceira característica salta à vista: a regularidade dos degraus das pirâmides como se tratasse de uma população estabilizada, sem fomes, sem epidemias ou importações diferenciais maciças de escravos que se refletiram em

reentrâncias ou saliências em algumas faixas de idade (GUTIÉRREZ, 1987, p. 308).

Para Areias, que não se encontra na tabela 3 – devido à ausência de apresentação de dados referentes à estrutura etária – Luna observa apresenta questão da idade unicamente em forma de pirâmide etária concluindo que as estruturas etárias dessa Vila eram desequilibradas, apresentando predominância dos homens em todas as idades, concentração nas faixas etárias representativas da maior capacidade produtiva dos indivíduos e reduzida participação das crianças e das pessoas acima dos quarenta anos. (LUNA, 1995, p. 19).

A participação dos escravos por idade e origem permite aprofundar o tema. Tomem-se as pirâmides etárias referentes a 1829. A dos africanos mostra uma população totalmente desequilibrada, ‘envelhecida’, poucas crianças e grande concentração na faixa etária de 15 a 34 anos. Ademais, quanto ao sexo, evidencia-se presença majoritária dos homens em todas as idades. Quanto aos nascidos no Brasil, verifica-se estrutura relativamente equilibrada quanto à idade e ao sexo. Entretanto, estas pirâmides, nas quais se mostram as populações africanas e nascidas no Brasil separadas, apresentam distorções resultantes do fato de que as crianças nascidas no Brasil, tanto de pais nacionais como africanos, tanto na pirâmide correspondente aos africanos como aos nascidos no Brasil. Isso gerava problemas tanto na pirâmide correspondente aos africanos como aos nascidos no Brasil. Nesta pelo aumento no peso relativo das crianças, quando comparadas aos adultos da mesma pirâmide; naquela pela subestimação da real reprodução da população escrava africana existente na Vila. No caso das crianças africanas, representavam as nascidas na África e trazida para o Brasil via tráfico. Constituem um importante indicador da proporção de crianças nos navios negreiros e não da reprodução da população na Vila em estudo (LUNA, 1995, p. 20).

Ainda do ponto de vista da razão de masculinidade, torna-se possível também relaciona-la com as faixas etárias da população escrava.

Como entre os escravos importados de outras áreas do Brasil ou da África predominavam homens adultos, provavelmente uma grande parte das crianças existentes na região refletia o processo reprodutivo da população

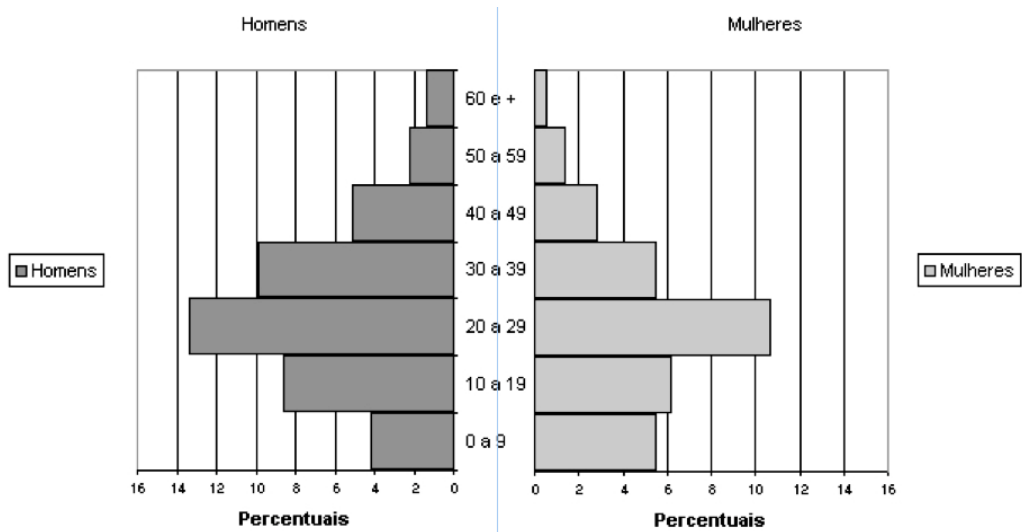


Figura 1: Pirâmides de idades da população escrava em Franca (SP), 1829

escrava na própria Capitania. Desse modo, nesse grupo etário verificava-se uma estrutura equilibrada relativamente aos sexos (LUNA, 1992, p. 448).

Através da figura 2, que focaliza a razão de masculinidade com relação às faixas etárias, constata-se que o resultado repete-se para o caso de Franca. Percebe-se que os escravos de 0-9 anos apresentaram razões de masculinidade menores que 100, indicando uma maior mortalidade infantil dos homens. Em estudo que analisa os registros paroquiais identificou-se maior número de mortes, para todas as faixas etárias, no sexo masculino em Franca (AISSAR, 1986, p. 117).

Ainda referindo-se à figura 2, na faixa referente aos idosos, devido ao escasso número da população, não se permitem conclusões taxativas. Tratando-se da idade produtiva, o que se observa é que com o aumento da idade a razão de masculinidade eleva-se, apresentando oscilações nas curvas para os anos em análise. Sabe-se que, “á medida que aumentava a idade dos escrava

vos ampliava-se a influência dos escravos adquiridos fora da região e, portanto, a razão de masculinidade” (LUNA, 1992, p. 448).

Infelizmente as Listas Nominativas não associam em seu registro as mães e filhos da população escrava, o que impede um estudo mais detalhado e uma possível associação de crianças e mulheres da mesma origem, já que as crianças nascidas no Brasil eram registradas como crioulas, mesmo que seus pais fossem africanos. Assim, diante dessa dificuldade, não se pode distinguir a reprodução por origem, o que seria interessante, pois parte das africanas já haviam passado por parte do período fértil e as crioulas se encontravam em normalidade quanto à estrutura etária, demonstrando melhores condições para se reproduzir. Mesmo assim, calcula-se a relação entre as crianças de 0 a 4 anos e as mulheres na faixa etária de 15 a 49 anos para procurar compreender o processo de reprodução da população escrava como um todo, sabendo das limitações desse índice.

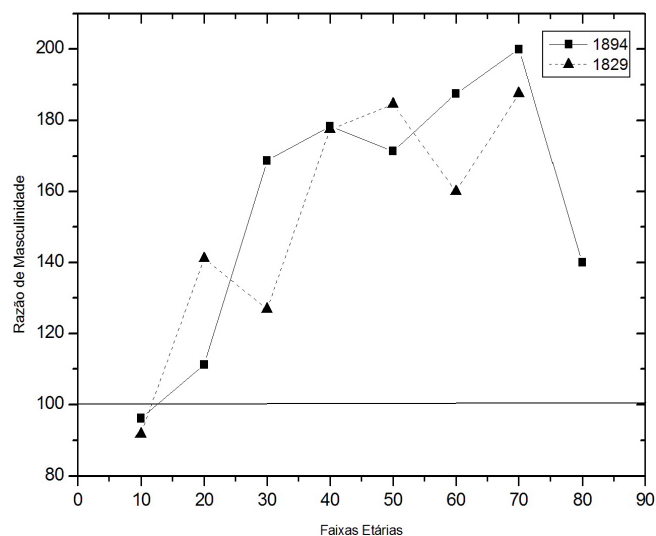


Figura 2: Faixas etárias e razão de masculinidade dos escravos em Franca (SP) nos anos de 1824 e 1829

Tabela 4: Relação crianças/mulheres na população escrava (crianças de 0-4 anos por mil mulheres de 15-49 anos)

Localidade	Taxa
Franca	415
Areias	380
Mogi das Cruzes	309
Itu	278
São Paulo	270
Lorena	321
Sorocaba	365
Jacareí	214

Fontes: Listas Nominativas de Habitantes, do Acervo do Estado de São Paulo; LUNA, 1986, p. 220.

A tabela 4 sugere dificuldades com relação à reprodução natural da população escrava em Franca. O valor de 415 da relação crianças e mulheres em Franca não se assemelha ao do encontrado em São Paulo, que apresentou em 1829 uma proporção de 270 crianças escravas na faixa de 0 a 4 anos para cada grupo de 1.000 escravas entre 15 a 49 anos, (LUNA & KLEIN, 1990, p. 359; LUNA, 1992, p. 450).

Em 1829, as vilas com maiores indicadores crianças/mulheres dedicavam-se à agricultura de subsistência, como Pindamonhangaba, Itapeva, Atibaia, São Luiz do Paraitinga e Iguape, com níveis superiores a 500 na relação crianças 0-4 anos/mulheres de 15-44. O extremo oposto ocorria nas áreas produtoras de açúcar e café: Guaratinguetá (227), Campinas (277), Itu (287), Porto Feliz (315) e Areias (378), e em localidades voltadas a atividades não agrícolas, como São Paulo (281) e Santos (232) (LUNA, 1992, p. 450).

#### • Estado Conjugal

Um aspecto minuciosamente examinado nos estudos de demografia histórica antes ignorado pela historiografia tradicional refere-se à situação matrimonial dos escravos. A explicação dos índices de casamento inclui uma série de elementos, tais como a atuação da Igreja em cada comunidade, o posicionamento do proprietário, o comportamento (hábitos e costumes) dos escravos, o tamanho e a composição do plantel, bem como a economia. Tal complexidade dificulta o trabalho do historiador que trabalha com uma única fonte.

O exame mais detalhado do estado conjugal através da historiografia possui lacunas quando se relaciona à posse de escravos, pois muitos desses estudos privilegiam como fonte, os inventários, que não apresentam respostas consistentes para tal finalidade. Os inventários só indicam as posses de escravos dos proprietários que foram submetidos a inventários, o que não corresponde a um percentual seguro das relações de posse de escravos. Nas listas nominativas encontram-se informações sobre o estado conjugal, no entanto o que fica prejudicado são os estudos sobre as famílias escravas.

Fogem ao âmbito de um estudo como essas categorias relevantes para a análise em questão, tais como os filhos legítimos vivendo junto com seus pais (ou com pelo menos um deles), bem como os solteiros em vivência com sua prole (MOTTA, 1999, p. 242).

Não sendo explícito o registro das famílias escravas nas listas nominativas utilizadas, temos aparecimento de homens, de mulheres e de crianças nos plantéis, mas não podemos dizer que estabelecem alguma relação familiar, já essas relações não dependiam necessariamente da realização do ato religioso. No caso de Lorena e Bananal, esse estudo pôde ser empreendido devido à especificidade das informações das listas nominativas quanto à discriminação clara e explícita das famílias escravas (COSTA, SLENES & SCHWARTZ, 1987; MOTTA, 1999).

Ao se proceder à análise do estado conjugal, compreende-se que não representa o estudo da família escrava.

Isto porque seriam computados entre os 'demais solteiros', por exemplo: os casais em vivência consensual, sem filhos; e aqueles indivíduos que, tendo desfrutado da vida em família consensual, encontravam-se sós à época do recenseamento, devido à morte ou ausência do companheiro ou companheira, e à ausência ou inexistência de descendência, incluindo-se aqui situação equivalente à dos viúvos sem filhos presentes (MOTTA, 1999, p.313).

Verifica-se em São Paulo a diferenciação nos resultados do estado conjugal da população escrava de acordo com a economia local e com a média dos escravos por proprietário.

Os menores percentuais ocorreram nas áreas voltadas aos cultivos de subsistência, com baixas médias de escravos por proprietário, como a Região da Capital (23,3% de casados) e o Litoral (18,9%). O oposto ocorria no Oeste Paulista, centro produtor de açúcar, com 34,6% (LUNA, 1992, p. 449).

Apesar do forte predomínio dos solteiros entre os escravos, não foi desprezível a participação dos casados e viúvos, tendo em vista as tendências apontadas pela historiografia. Em Franca o percentual de casados e viúvos para 1829, 24,2%, valores próximos encontrados em Areias, com 21,8.

Observando os dados do estado conjugal, relacionados aos do sexo, percebe-se que a população escrava era basicamente solteira em ambos os sexos como registra a tabela 5.

Entre os cativos de Jacareí, Luna calculou que coube aos casados o peso de 20,2% no total da população, sendo divididos esses casados também por sexo, os escravos distribuía-se em 25,5% das mulheres e em 16,7% dos homens; e sendo divididos por origem percebeu que 11,7 dos nascidos no Brasil eram casados e para os africanos - que compunham um segmento relativamente mais velho - 25,2% constituía-se de casados (LUNA, 1988, p. 26).



Tabela 5: Distribuição dos Escravos Segundo Sexo e Estado Conjugal (Escravos com 15 anos e +)

Localidades Estado Conjugal	Homens	(%)	Mulheres	(%)
<b>Franca</b>				
Solteiros	450	80,0	258	69,3
Casados	111	19,7	108	29,0
Viúvos	2	0,30	6	1,6
Total	563	100,0	372	100,0
<b>Areias</b>				
Solteiros	-	83,8	-	59,4
Casados	-	15,4	-	38,9
Viúvos	-	0,70	-	1,7
Total	-	100,0	-	100,0
<b>Mogi das Cruzes</b>				
Solteiros	593	75,2	479	70,0
Casados	184	23,3	178	26,0
Viúvos	12	1,5	28	4,0
Total	789	100,0	685	100,0
<b>Bananal</b>				
Solteiros	1086	83,9	302	59,7
Casados	200	15,5	199	39,3
Viúvos	8	0,6	5	1,0
Total	1294	100,0	506	100,0
<b>Jacareí</b>				
Solteiros	-	-	-	-
Casados	-	16,7	-	25,5
Viúvos	-	-	-	-
Total		100		100

Fonte: ROCHA, 2002, p. 33; LUNA, 1995, p. 19; SANTOS, 2001, p. 129; MOTTA, 1999, p. 135.

#### • Origem

A análise da origem contempla indicações referentes às diferenças entre os dois segmentos populacionais, os africanos e os nascidos no Brasil (os crioulos), quanto à razão de masculinidade, o estado conjugal e a faixa etária. Além disso, informa-nos o papel do tráfico e das importações de africanos, meio tráfico.

Jacareí apresentou uma participação de africanos em torno de 62% e 37% de pessoas nascidas no Brasil (Tabela 6), diante dessa predominância de africanos pode-se concluir que: “O afluxo de africanos modificou a estrutura etária e a proporção existente entre os sexos. Ao ingressarem na sua maioria homens em idade produtiva, ampliou-se o peso masculino e reduziu-se o das crianças. Merece realce o expressivo número de escravos casados, quer entre

os africanos como em relação aos nascidos no Brasil, a confirmar resultados que têm sido obtidos em trabalhos que tratam da família escrava na sociedade colonial brasileira (LUNA, 1988, p. 27)”.

É clara a vinculação da presença de africanos em economias de plantation, Luna analisando 13 localidades de São Paulo comenta que: “os nascidos no Brasil revelaram uma estrutura populacional, quando dividida por sexo e idade, relativamente semelhante àquela apresentada pela própria população livre então existente no Brasil. O contingente de africanos, por outro lado, constituía uma população com elevado peso de homens adultos, a refletir o tipo de indivíduo trazido da África para o Brasil na condição de escravo. Havia claramente a opção por pessoas aptas ao trabalho pesado da agricultura, ou seja,

Tabela 6: Distribuição dos escravos segundo a origem

Localidade	Africanos		Crioulos		Não consta		Total
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)	
Franca	583	40,9	842	59,0	46	-	1.471
Mogi das Cruzes	288	13,5	610	28,5	1.240	58,0	2.138
Bananal	1.785	78,2	497	21,8	-	-	2.282
Jacareí	-	62,1	-	36,9	-	-	100,0
Sorocaba	66	2,75	302	12,57	2.035	84,68	2.403
Areias	4.214	75,47	1.370	24,53	-	-	5.584

Fontes: ROCHA, 2002, p. 35; SANTOS, 2001, p. 120; MOTTA, 1999, p.134; LUNA, 1988, p. 25; COSTA, 1986, p. 4; LUNA, 1995, p.17.

homens já formados fisicamente. Isso não significa a exclusão absoluta de mulheres ou crianças, mas seu reduzido peso entre os africanos, se comparado aos nascidos no Brasil. Essa preferência por homens adultos, somada ao fato de que apenas nas áreas dedicadas aos cultivos de exportação adquiriam-se de fora quantidades importantes de novos escravos, explica as diferenças encontradas entre as localidades com essa característica e aquelas cuja economia voltava-se de forma mais intensa aos produtos de subsistência, e cuja população escrava mostrava-se em sua maioria nascida no Brasil, provavelmente na própria região do respectivo recenseamento (LUNA, 1988, p. 222)”.

Contudo, viu-se abalada essa visão ao detectarmos, para o caso de Franca, um percentual em torno de 40% de africanos entre a população cativa (Tabela 6). Franca, como colocado, enquadrava-se entre as economias voltadas ao mercado interno, assim como verificado em Mogi das Cruzes, onde o percentual de africanos ficou entre 13% (Tabela 6). Quanto essa caracterização dos escravos pela origem, percebe-se que, por exemplo, com relação à Sorocaba, os dados referentes à origem mostraram-se pouco conclusivos, devido a não especificação dessa característica, em torno de 84%, em Mogi das Cruzes também ocorreu esse problema, embora um pouco menos acentuado, cerca de 60% dos escravos não constavam indicação de sua origem. Para as outras localidades esse problema não parece ter sido um empecilho para a análise.

### CONCLUSÃO

A escravidão foi marcada por múltiplos fatores, alguns peculiares à região e outros que não divergiam para as regiões brasileiras. Esses resultados deram-se diante de muitos estudos monográficos, impulsionados pelo desenvolvimento da demografia histórica. Assim, considera-se importante os indicativos obtidos através do diálogo de estudos e dados retirados das listas nominativas, que estabeleceram as diferenças das diversas localidades da província de São Paulo, principalmente para o ano de 1829, época marcada por transformações significativas na sociedade e na economia. Por conta da dificuldade de coincidir as referências destacamos Franca nas comparações.

Dentre os fatores peculiares, destaca-se uma elevada presença escrava no total da população em uma economia voltada para o mercado interno, no caso Franca. Comparando o perfil dos escravos nas localidades paulistas selecionadas, também para o caso de Franca verificou diferenciação significativa. Analisando a origem destacou-se que alto índice de africanos entre a população cativa francana.

Para apontar as principais diferenciações entre as localidades o fator preponderante foi a distinção entre as localidades de economia de plantation e as localidades de economia de subsistência, no entanto esta distinção clássica, como se observou para Mogi das Cruzes e Franca, não é possível utilizar esta referência para distinguir com segurança as localidades e suas populações escravas.

### BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE-USP, 20(3): 349-379, set./dez. 1990. Também publicado como *Slaves and Master in Early 19 th Century Brazil*: São Paulo. **Journal of Interdisciplinary History**, XXI, 4 : 549-573 (Spring, 1991).

LUNA, Francisco Vidal . São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 28(1): 99-169, Jan/Mar. 1998.

LUNA, Francisco Vidal. Areias: Posse de Escravos e Atividades Econômicas (1817-1836). **Caderno Nehd**. São Paulo, 2, FEA/USP, 1995, 44 p.

LUNA, Francisco Vidal. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 22 (3): 443-83, set/dez, 1992.

LUNA, Francisco Vidal. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: NADALIN, Sergio Odilon et alii (org.). **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, p. 226-236, 1990.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos e atividades produtivas em Jacaré (1777-1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, IEB-USP, (28): 23-35, 1988.

LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamentos de escravos em treze localidades de São Paulo (1776,1804 e 1829), **Anais do Congresso sobre História da População da América Latina**. Ouro Preto, ABEP/IUSSP/CELADE, p. 1-13, 1989.

LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829). **Anais do 6o. Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo, ABEP, (3): 215-33, 1988.

LUNA, Francisco Vidal. População e atividades econômicas em Areias (1817-1836). **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE-USP, 24 (3): 433-463, 1994.

LUNA, Francisco Vidal. Posse de escravos em Sorocaba (1778-1836). **Primeiro Seminário do Centenário da Abolição do Escravismo: Da Época Colonial à Situação do Negro na Atualidade**. São Paulo, IPE-USP, 1986, 21 p.

MARCONDES, Renato Leite. A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX. (doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1998), 276 p., mimeografado. Também publicado: **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena (SP)**, Editora Stiliano, 1998, 332 p.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999, 426 p. Da tese de título: Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). **Tese de Doutorado**. São Paulo: IPE-FEA/USP, 1990, 537 p. (mimeografado).

RANGEL, Armênio de Sousa. **Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté: 1765-1835**, (doutorado, FEA-IPE/USP, 1990), 410 p., mimeografado.

SANTOS, Jonas Rafael. **Escravidão e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura da posse de escravos, 1777-1829. Franca**, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social “Júlio de Mesquita Filho”, dissertação de mestrado, mimeografado.

## BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

### • Artigos

COSTA, Iraci Del Nero da. SLENES, R. W. SCHWARTZ, S. B. A família escrava em Lorena (1801). **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 229-243, maio/ago., 1987.

\_\_\_\_\_. Nota sobre ciclo de vida e posse de escravos. **História: Questões & Debates**. 4 (6): 121-127, jun. 1983.

\_\_\_\_\_. GUTIÉRREZ, Horacio. Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). **História: Questões e Debates**. Curitiba, v. 5, n. 9, p. 313-321, dez., 1984.

\_\_\_\_\_. NOZOE, N. Sobre a questão das idades em alguns documentos dos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** 34: 175-182, 1992.

\_\_\_\_\_. NOZOE. Achegas para a qualificação das listas nominativas. **Estudos Econômicos** 21 (2): 271-284, maio/ago. 1991.

FRAGOSO, J. L. R. FLORENTINO, M. G. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 151-173, maio/ago., 1987.

GUERZONI FILHO, Gilberto. NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais: Índices de Casamento da População Li-

vre e Escrava na Comarca do Rio das Mortes. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 18, n. 3, p. 497-507, set./dez., 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago. 1987.

\_\_\_\_\_. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar./ago. 1988.

MARCÍLIO, M. L. Padrões da família escrava. Traversia – **Revista do Migrante**. São Paulo, n. 9, p. 10-13, jan./abr. 1991.

METCALF, A. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 229-243, maio/ago., 1987.

PAIVA, Clotilde Andrade. KLEIN, Herbert S. Escravos e Livres nas Minas Gerais do Século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr., 1992.

\_\_\_\_\_. LIBBY, Douglas Cole. Caminhos Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago., 1995.

SLENES, Robert W. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 217-227, maio/ago. 1987.

\_\_\_\_\_. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX. **Revista Brasileira de História**, vol. 8, n. 16, p.189-203, mar./ago.1988.

### • Livros

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanistas FFLCH/USP, 1999.

BATISTA, Dimas José. **Cativos e Libertos: a escravidão em Franca entre 1825 a 1888. 1998**. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca.

BRIOSCHI, Lucila R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: CERU, 1991.

COSTA, Iraci Del Nero da. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1979.

FILHO, José Chiachiri. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira Gráfica e Editora Ltda, 1986.

- FLORENTINO, M. G. GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. Ática: São Paulo, 1990.
- LUNA, Francisco Vidal Luna. **Escravos e senhores em Minas Gerais – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.
- METCALF, A. C. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. In. MARCÍLIO, M. L. (org.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, Fundação SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, 1990, p. 205-211.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. Trad. Laura Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- \_\_\_\_\_. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, n. 17, Campinas, jun. 1985.